

Tabela 03 - Legislações dos Municípios do litoral da Região Central do Estado de Santa Catarina. As informações referem-se aos atos normativos e ementas da atividade pesqueira categorizados por diferentes assuntos mencionados nas normativas.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Áreas de Preservação	Lei nº 1.032, de 1995.	Dispõe sobre o uso do solo do perímetro urbano de Biguaçu.	Das áreas de preservação incluem-se na APP as áreas com predominância de: manguezais e suas áreas de influência; Ilhas, costões, promontórios, tómbulos e faixas de praia; Terrenos de marinha (calculados em 33 metros a partir da preamar); mananciais e áreas de captação de água para abastecimento atual ou futuro.
	Cultura	Lei nº 3.481, de 29 de maio de 2014.	Institui a "Semana Municipal do Pescador" de Biguaçu.	A Semana Municipal do Pescador será comemorada anualmente entre os dias 23 a 29 do mês de junho. São objetivos da Semana Municipal do Pescador: aprimorar as técnicas da pesca, incentivando a preservação de espécies marinhas, bem como o respeito ao período de reprodução; conscientizar o pescador acerca da sua importância, como fonte da crescente economia do Município e do País no setor da pesca; sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a respectiva importância do pescador no desenvolvimento do setor; desenvolver programas e ações que visem atender as necessidades dos pescadores nas áreas da pesca, educação, saúde e lazer; desenvolver atividades por meio da Secretaria da Pesca, em parceria com as Secretarias de Agricultura, Saúde, Educação e outras afins. Poderão ser desenvolvidas atividades tais como: palestras, seminários, campanhas educativas de prevenção e segurança, cursos, fóruns municipais e outros eventos.
	Fiscalização	Lei Complementar nº 12, de 17 de fevereiro de 2009.	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu.	O programa de Fiscalização Ambiental será implantado através dos projetos: recuperação e proteção das áreas de mangues e estuário contra a ocupação urbana; pesca predatória e descargas poluentes que impedem sua função enquanto áreas de reprodução para a piscicultura costeira.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Infraestrutura	Lei nº 2.861, de 22 de dezembro de 2009.	Institui o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais sob fiscalização da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAMABI. INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES. Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado. Pot. Poluidor/Degradador: G. CONSTRUÇÃO CIVIL - Marinas e garagens náuticas Pot. Poluidor/Degradador: M - Plataformas de pesca, atracadouros e trapiches Pot. Poluidor/Degradador: M.
		Lei nº 3.166, de 14 de dezembro de 2011.	Dispõe sobre autorização para atividades de baixo impacto ambiental, inclusive em áreas de preservação.	São consideradas obras, ações ou atividades de baixo impacto ambiental, para fins de autorização ambiental pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAMABI, nos termos desta Lei, quando executadas em Área de Preservação Permanente - APP: construção de rampa de lançamento de barcos de pequeno porte e pequenos ancoradouros.
	Navegação	Lei Complementar nº 12, de 17 de fevereiro de 2009. (Pasta Lei Complementar nº 12 Biguaçu_Anexos)	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu.	A Área de Desenvolvimento Econômico fica na Macrozona Urbana e na Macrozona de Expansão Urbana. As Áreas de Desenvolvimento Econômico são destinadas ao incentivo de instalação de atividades geradoras de emprego e renda, compatibilizando com a infraestrutura existente e/ou com possibilidade de ampliação. É objetivo da Área de Desenvolvimento Econômico aproveitar o potencial marítimo para o desenvolvimento de atividades econômicas vinculadas ao transporte marítimo e atividades pesqueiras. A Área de Desenvolvimento Econômico fica subdividida em Zonas: ZIN 1 - Zona de Interesse Náutico 1; ZIN 2 - Zona de Interesse Náutico 2; ZIN 3 - Zona de Interesse Náutico 3.
				A Zona de Interesse Náutico e Turístico- ZINT tem por objetivo criar uma zona especial para o desenvolvimento de atividades voltadas ao transporte marítimo, pesqueiro, de qualificação profissional, e desenvolvimento turístico conciliando o uso e ocupação do solo com as diretrizes da Conservação Ambiental, legislação Estadual e Federal. As Zonas de Interesse Náutico e Turístico subdividem-se em: ZINT 1 - Zona de Interesse Náutico e Turístico1; ZINT 2 - Zona de Interesse Náutico e Turístico2.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Política	Lei Complementar nº 12, de 17 de fevereiro de 2009.	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu.	Política de Desenvolvimento Socioeconômica é composta pelo Programa de Fortalecimento e Agregação de Valor a Produção Agropecuária. O Programa visa promover o fortalecimento da pequena propriedade através da promoção da infraestrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente.
		Lei Orgânica do Município de Biguaçu.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Biguaçu.	Incentivará as atividades da pesca como fontes de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Fomentar a produção agrícola, agropecuária, pesca e organizar o abastecimento alimentar.
	Qualificação	Lei Complementar nº 12, de 17 de fevereiro de 2009.	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu.	O Programa de Fortalecimento e Agregação de Valor a Produção Agropecuária será implantado através do Projeto Implantação de Escola de Beneficiamento Agrícola e Pesqueiro.
Florianópolis	Áreas de Preservação	Decreto nº 1.408, de 04 de junho de 1976.	Tomba como Patrimônio Natural a Bacia da Lagoa do Peri.	A área da Lagoa do Peri é de aproximadamente 5.150.000 m2 e o total da área tombada é de aproximadamente 20.300.000 m2 conforme o mapa deste Decreto.
				É considerada Patrimônio Natural do Município de Florianópolis toda a Bacia da Lagoa do Peri mais a área compreendida entre os limites leste da Bacia e a Estrada SC-92, situada nos distritos de Pantano do Sul e Ribeirão da Ilha. Essa área tombada é definida pelos seguintes limites: começa no ponto mais alto do Morro das Pedras; daí pelos pontos mais altos deste Morro até o entroncamento da SC-92 com o caminho para a Lagoa do Peri; daí segue pelo divisor de águas até o ponto mais alto do Morro da Chapada, continuando por este divisor rumo sul, até o Morro da Tapera, seguindo pelo mesmo divisor rumo sueste e depois rumo noroeste até o ponto mais alto do Morro da Boa Vista; segue por este Morro até o Morro do Peri e daí pelo divisor das águas rumo nordeste até sua base; deste ponto segue rumo norte pela linha de água até o Costão do Morro das Pedras, continuando pela linha de água deste Costão até o encontro deste com a linha de água da praia do Campeche; destes pontos que em linha seca até o ponto mais alto do Morro das Pedras.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Áreas de Preservação	Decreto nº 12.852, de 20 de março de 2014.	Tomba como Patrimônio Paisagístico e Cultural, a orla de coqueiros e de Itaguaçu juntamente com as pedras de formação granítica conhecida por "Pedras de Itaguaçu" situados em Florianópolis.	<p>Fica tombado, por seu valor paisagístico e cultural, a orla de Coqueiros e de Itaguaçu, juntamente com as pedras de formação granítica conhecidas por "Pedras de Itaguaçu" ali existentes, localizadas na parcela continental de Florianópolis, que passam a fazer parte do Patrimônio Natural, Paisagístico e Cultural do Município.</p> <p>O tombamento abrange a orla, composta pela faixa de areia e costões, e a faixa de água paralela à borda d'água, com largura de 400 metros a partir desta borda, incluindo as formações graníticas. A faixa de tombamento, constante do Mapa anexo, se localiza entre o fim do Aterro Continental, a aproximadamente 100 metros a norte da Ponte Hercílio Luz, e a península que limita a Praia do Bom Abrigo.</p>
		Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	Em todo o território do Parque é proibido o ingresso de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte da vegetação, à caça de animais selvagens ou à pesca fora dos casos autorizados, bem como a quaisquer outras atividades prejudiciais à flora e à fauna.
		Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	As Áreas de Preservação Permanente (APP) no município de Florianópolis são as zonas naturais sob a proteção do Poder Público, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas - as quais se encontram delimitadas nos mapas de zoneamento constantes da presente Lei Complementar, como decorrência: I - limitações administrativas emanadas da legislação concorrente federal e estadual, em matéria florestal, hídrica e ambiental. Incluem-se nas Áreas de Preservação Permanente os seguintes ecossistemas e espaços naturais cuja proteção tenha sido instituída através de classificação dos mapas do zoneamento das leis anteriores, observadas no presente Plano Diretor: dunas móveis, fixas e semifixas; praias, costões, promontórios, tômbolos, restingas em formação e ilhas; banhados naturais e sua faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado; áreas adjacentes a manguezais, em cota inferior a um metro, e que possuam influência salina das marés e/ou vegetação característica de transição entre manguezais e solos mais enxutos; e os manguezais, em toda a sua extensão.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	As Áreas de Preservação Permanente (APP) no município de Florianópolis são as zonas naturais sob a proteção do Poder Público, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas - as quais se encontram delimitadas nos mapas de zoneamento constantes da presente Lei Complementar, como decorrência: I - limitações administrativas emanadas da legislação concorrente federal e estadual, em matéria florestal, hídrica e ambiental. Incluem-se nas Áreas de Preservação Permanente os seguintes ecossistemas e espaços naturais cuja proteção tenha sido instituída através de classificação dos mapas do zoneamento das leis anteriores, observadas no presente Plano Diretor: dunas móveis, fixas e semifixas; praias, costões, promontórios, tombolos, restingas em formação e ilhas; banhados naturais e sua faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado; áreas adjacentes a manguezais, em cota inferior a um metro, e que possuam influência salina das marés e/ou vegetação característica de transição entre manguezais e solos mais enxutos; e os manguezais, em toda a sua extensão.
				Todas as Áreas de Preservação Permanente (APP) são non aedificandi, sendo nelas vedada a supressão da floresta e das demais formas de vegetação nativa, parcelamento do solo ou outras intervenções, ressalvados casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental e implantação de parques urbanos, inclusive seus equipamentos, respeitando a legislação específica.
		Lei nº 1.828, de 03 de dezembro de 1081.	Cria o "Parque Municipal da Lagoa do Peri" e institui o seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	O Parque Municipal da Lagoa do Peri fica subdividido em três áreas, na forma dos anexos 1 e 2, que fazem parte integrante desta Lei, a saber: I - Área de Reserva Biológica; II - Área de Paisagem Cultural e III - Área de Lazer.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Áreas de Preservação	Lei nº 1.828, de 03 de dezembro de 1081.	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e institui o seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	O Parque Municipal da Lagoa do Peri tem a área definida pelo Decreto Municipal nº 1408/76, a qual passa a ser classificada como área de preservação permanente.
		Lei nº 3.455, 16 de agosto de 1990.	Cria o " <i>Parque Municipal da Galheta</i> ".	É objetivo fundamental da criação do Parque a preservação da paisagem natural, representada pela Praia da Galheta, do costão e da vertente leste do conjunto montanhoso que se prolongam em direção nordeste.
				Para fins desta Lei, entende-se por Parque Municipal da Galheta, parte da área da Unidade Espacial de Planejamento nº 79 (UEP-79), delimitada ao SUL pela linha imaginária que parte da Ponta do Meio em direção noroeste até encontrar a linha divisória de águas que se projeta a Nordeste; a OESTE, pela linha divisora de águas que se projeta a Nordeste em direção ao Morro da Galheta até encontrar o Oceano; a LESTE, pelo Oceano Atlântico.
	Cultura	Lei nº 9.001, de 11 de julho de 2012.	Fica instituído o " <i>Dia Municipal do Pescador Artesanal</i> " e o " <i>Dia da Abertura da Temporada de Pesca da Tainha</i> " no Município de Florianópolis.	Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Florianópolis o dia 29 de junho como o Dia Municipal do Pescador Artesanal e o dia 15 de maio como o Dia da Abertura da Temporada de Pesca da Tainha.
				Na segunda quinzena no mês de junho será realizado o Festival da Tainha, a fim de valorizar e preservar a tradição da pesca da tainha no município de Florianópolis.
		Lei nº 5.847, de 04 de junho de 2001.	Fica criada a denominação oficial de todas as praias do Município de Florianópolis de acordo com o inventário (em anexo I) e o mapa de localização (anexo II), parte integrante desta Lei.	A denominação oficial das praias: 2 - PRAIAS LACUSTRES - GRUPO INSULAR 083 - PRAIA DA LAGOA DO PERI 084 - PRAIA DA COSTA DA LAGOA 085 - PRAIA DO CENTRO OU DA FREGUESIA DA LAGOA 086 - PRAIA DAS AREIAS DA LAGOA OU DAS RENDEIRAS 087 - PRAIA DO RETIRO DA LAGOA.
Florianópolis	Cultura	Lei nº 5.847, de 04 de junho de 2001.	Fica criada a denominação oficial de todas as praias do Município de Florianópolis de acordo com o inventário (em anexo I) e o mapa de localização (anexo II), parte integrante desta Lei.	3 - PRAIAS MARÍTIMAS - GRUPO CONTINENTAL: 091 - PRAIA DA PONTA DO LEAL 095 - PRAIA DO MEIO 096 - PRAIA DO CASTELINHO

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Cultura	Lei nº 5.847, de 04 de junho de 2001.	Fica criada a denominação oficial de todas as praias do Município de Florianópolis de acordo com o inventário (em anexo I) e o mapa de localização (anexo II), parte integrante desta Lei.	Dispõe sobre a denominação Primitiva das praias; outras denominações (populares e/ou oficial); o conteúdo histórico (muitos contam histórias da pesca e dos pescadores nas localidades), a denominação atual; a descrição física; as dimensões e o uso e costumes. Praias que tem histórias de pesca e pescadores: Grupo insular: 004 - PRAIA DO JOSÉ MENDES 005 - PRAIA DO CURTUME 006 - PRAIA DO SACO DOS LIMÕES 007. PRAIA DO FERRUJO 008 - PRAIA DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ 009 - PRAIA DE CAIACANGAMIRIM 010 - PRAIA DA TAPERA 011 - PRAIA DO GARCIA 013 - PRAIA DO SACO 014 - PRAIA DAS FLECHEIRAS 019 - PRAIA DO DOUTOR IVO 020 - PRAIA DO ITAQUI 021 - PRAIA DO SEU ERNESTO 022 - PRAIA DO SEU LINO CUNHA 023 - PRAIA DA COSTEIRA DO RIBEIRÃO 024 - PRAIA DA CAIACANGAÇU 025 - PRAIA DE FORA OU DA PONTA DO CAIACANGAÇU 026 - PRAIA DA SINHA 027 - PRAIA DA TAPERA DO SUL 028 - PRAIA GRANDE. 029 - PRAIA DA CAIEIRA DA BARRA DO SUL 030 - PRAIA DO SEU NORBERTO 031 - PRAIA DO DEFUNTO 032 - PRAIA DOS NAUFRAGADOS 033- PRAIA DO SACO DA BALEIA. 035 - PRAIA DO SACO DO CALDEIRÃO 036 - PRAIA DO RIO DAS PACAS 037 - PRAIA DO PÂNTANO DO SUL 038 - PRAIA DA LAGOINHA DO LESTE 039 - PRAIA DO SACO DO MATADOURO 040 - PRAIA DA ARMAÇÃO 041 - PRAIA DO MORRO DAS PEDRAS. 042 - PRAIA DO CAMPECHE 043 - PRAIA DA ILHA DO CAMPECHE 044 - PRAIA DA JOAQUINA 045 - PRAIA DO GRAVATÁ 046 - PRAIA MOLE 047 - PRAIA DA ILHA DO XAVIER 050 - PRAIA DA BARRA DA LAGOA 051 - PRAIA DO MOÇAMBIQUE 052 - PRAIA DO SANTINHO 053 - PRAIA DOS INGLESES 054 - PRAIA BRAVA 055 - PRAIA DA LAGOINHA DA PONTA DAS CANAS 056 - PRAIA DA PONTA DAS CANAS 057 - PRAIA DA CACHOEIRA DO BOM JESUS 058 - PRAIA DE CANASVIEIRAS 059 - PRAIA DA ILHA DO FRANCÊS 060 - PRAIA DE CANAJURÊ 061 - PRAIA DE JURERÊ 062 - PRAIA DO FORTE 063 - PRAIA DA PONTA GROSSA 064 - PRAIA DO PONTAL DE JURERÊ 065- PRAIA 066 - PRAIA DO ROLA DA ILHA DO "RATON" PEQUENO 067 - PRAIA DO SINFRÔNIO 068 - PRAIA DO POSTO DO SAMBAQUI 069 - PRAIA DO SAMBAQUI 070 - PRAIA DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA 071 - PRAIA COMPRIDA 072 - PRAIA DO CACUPÉ PEQUENO 073 - PRAIA DO CACUPÉ GRANDE 074 - - PRAIA DO SACO GRANDE 075 - PRAIA DA ILHA DOS GUARÁS 076 - PRAIA DA PONTA DO LESSA 077 - PRAIA DA PONTA DO RECIFE 078 - PRAIA DA PEDRA GRANDE 079 - PRAIA DE SÃO LUÍS 080 - PRAIA DE FORA.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Decreto nº 9.116, de 04 de julho de 2011.	Transfere para o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IGEOF, a responsabilidade pelo projeto caminhão do peixe.	Fica transferida para o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IGEOF, a responsabilidade pela administração e execução do Projeto Caminhão do Peixe, de acordo com o Termo de Permissão, em anexo.
		Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	Os solos do território do Parque da Lagoa do Peri são classificados como não urbanizáveis, admitindo-se a presença de estabelecimentos humanos somente em condições particulares e como equipamento. No Parque, somente serão permitidos usos e edificações adequados aos seus objetivos, mediante licença ou autorização da Administração do Parque, ouvido, quando for o caso, o órgão municipal de planejamento.
		Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	Os ocupantes e os foreiros dos terrenos de marinha poderão, na parte do imóvel definida como afastamento das edificações, reservada a área exigível para circulação de pedestres, realizar trabalhos de ajardinamento, horticultura e arborização, bem como implantar equipamentos sumários de lazer e recreação e ranchos rústicos para guarda de embarcações destinadas à pesca artesanal e à maricultura. O Poder Público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, maricultura, da navegação, do lazer e do turismo. Quando autorizada a construção de diques de defesa contra a invasão de águas do mar, atracadouros, marinas e terminais pesqueiros, deverá ser reservado local para a passagem de pedestres. É proibida toda ocupação e uso permanente das praias, contrários à sua destinação principal de uso público comum. Aplica-se o dispositivo neste artigo inclusive às praias que, encravadas em terrenos particulares, não sejam acessíveis por terra. Nas vias exclusiva de pedestres, caracterizadas como calçadões, os serviços de alimentação e os usos culturais poderão ocupar até trinta por cento da largura do respectivo logradouro frontal com mesas e equipamentos mediante autorização a título precário pelo Município, garantida a circulação de veículos de atendimento emergencial. O uso de calçadões, conforme estabelece parágrafo anterior, deverá ser exercido mediante pagamento de taxa a ser estabelecida pelo Município. Os pagamentos poderão ser efetivados na forma de serviços, em especial em eventos culturais que contribuam para o vivenciamento dos espaços urbanos da cidade.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis Florianópolis	Infraestrutura	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	<p>Os terrenos de marinha são "non aedificandi", ressalvados os usos públicos necessários e as seguintes exceções: quando o uso das edificações tais como ranchos e outras edificações sumárias para abrigo de embarcações e equipamentos de trabalho, destinar-se à prática da pesca artesanal, da aquicultura e do extrativismo marinho de conchas e moluscos respeitadas as normas de ocupação previstas nesta Lei Complementar; e As exceções do presente artigo não se aplicam aos terrenos de marinha, quando: I - a profundidade do lote que não confine com terras alodiais for inferior a vinte e cinco metros, exceto quando para construção ou reforma de rancho destinado a pesca artesanal e edificação destinada a atividade da aquicultura.</p> <p>Os primeiros quinze metros da faixa marginal dos cursos d'água, lagoas, lagoas e reservatórios d'água são de uso público e destinam-se ao trânsito dos agentes da administração para o serviço de desobstrução e limpeza das águas e para outras obras e serviços públicos, bem como à livre circulação e passagem da comunidade no interesse da pesca, da navegação e recreação, sendo vedada nelas a construção de muros ou cercas de qualquer espécie. O restante do terreno, situado após a faixa reservada de quinze metros poderá ser cercado após consulta e conforme estabelecido pelo órgão ambiental competente. O Plano Municipal de Macrodrenagem acrescentará às normas desta Lei Complementar restrições específicas para o uso e ocupação das margens dos corpos d'água.</p> <p>As pequenas estruturas de apoio a embarcações, assim consideradas aquelas com largura máxima de três metros e comprimento máximo de vinte metros, cuja construção não necessite de aterros, dragagens, estruturas de proteção contra ondas e marés, nem instalações de apoio em terra serão analisadas de forma sumária, sendo dispensados das exigências dos §§ 2º e 4º do art. 209.</p>

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	As estruturas de apoio a embarcações, tais como os molhes, atracadouros, trapiches, marinas e demais equipamentos dos portos de lazer, dos portos de pesca artesanal e dos terminais pesqueiros deverão ter seus projetos elaborados em consonância com o órgão municipal de planejamento, de modo a garantir os pressupostos ambientais e a se harmonizar com a paisagem da orla, sem contrariar o exercício dos demais usos permitidos. A construção, reforma ou ampliação de estruturas de apoio a embarcações será sempre analisada como um projeto especial, composto de obras marítimas e instalações terrestres, dependendo sempre que for o caso, de aprovação e licenciamento pelo IPUF e demais órgãos competentes. As estruturas de apoio a embarcações, quando destinadas a esporte, lazer ou turismo, ainda que privadas, deverão manter pelo menos vinte por cento de vagas náuticas rotativas para uso público, e uma vaga de carro para cada vaga de barcos. As estruturas de que trata este artigo poderão ocupar as faixas de praia, e de marinha, necessárias à instalação dos mesmos, respeitando o licenciamento pelos órgãos competentes. Nas estruturas de que trata este artigo poderão ser admitidas, mediante projeto definido em operação urbana consorciada, instalações de apoio em terra, podendo incluir, conforme o porte da estrutura, edificações para abrigo, hospedagem, lazer e venda de material náutico/pesqueiro, e para abastecimento, segurança, comunicação e manutenção das embarcações. As estruturas de que trata este artigo deverão possuir sistemas de água potável, de coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, de esgotamento de tanques sépticos de embarcações e sanitários para uso das tripulações e usuários da estrutura, aprovados pelos órgãos competentes. Toda estrutura de apoio a embarcações deverá possuir sinalização em terra e sobre as águas, necessária à orientação e segurança do tráfego de veículos e embarcações, de acordo com as normas da Capitania dos Portos.
		Lei nº 285, de 31 de agosto de 1956.	Aprova acordo para construção da Escola de Pesca da Ilha de Santa Catarina.	Aprova acordo entre o Governo da União e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, visando a construção, instalação e funcionamento da Escola de Pesca da Ilha de Santa Catarina.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Lei nº 4790, de 01 de dezembro de 1995.	Autoriza o Executivo a conceder o uso de bem público, a terceiro para a construção (ampliação) de trapiche.	Não será permitida a cobrança aos pedestres, embarcações de uso privado sem fins comerciais, bem assim aos pescadores profissionais que fizerem uso do trapiche, desde que no exercício das atividades de pesca e devidamente registrados na Capitania dos Portos de Florianópolis. As obras do Trapiche serão efetuados pelo terceiro conforme a planta de localização anexa, localizada na Beira-Mar Norte, Belvedere Sul, Município.
		Lei nº 9.399, de 12 de novembro de 2013.	Inclui no guia de referência e mapas 1 e 2 da Lei nº 5.979, de 2002, que oficializa localizações e denominações dos caminhos e trilhas do Município de Florianópolis o caminho dos pescadores.	Fica incluído no guia de referência e nos mapas 1 e 2 a que se refere o art. 1º da Lei nº 5.979, de 2002, o Caminho dos Pescadores, partindo da rodovia Jornalista Manoel de Menezes até a denominada Ponta do Gravatá, distrito da Lagoa da Conceição.
	Navegação	Decreto nº 12.852, de 20 de março de 2014.	Tomba como Patrimônio Paisagístico e Cultural, a orla de coqueiros e de Itaguaçu juntamente com as pedras de formação granítica conhecida por "Pedras de Itaguaçu" situados em Florianópolis.	A área tombada fica classificada como non aedificandi, ficando ressalvadas a construção de elementos de uso público tais como trapiches, passeios públicos e ciclovias e melhoria da faixa de areia ou similares voltados para o lazer e o desfrute da paisagem, que venham agregar à paisagem natural composta pela orla, desde que os projetos sejam devidamente analisados e aprovados pelo SEPHAN. O antigo trampolim localizado na Praia da Saudade deverá ser preservado como marco referencial, admitindo-se adequações desde que seja garantido o uso original. Admite-se equipamentos necessários ao bom desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, sendo proibida a instalação de equipamento para maricultura, por serem elementos que descaracterizam a paisagem protegida.
	Ordenamento Pesqueiro	Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o "Parque Municipal da Lagoa do Peri" e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	Os usos e atividades permitidos na Área de Lazer são: pesca de subsistência para a população residente, e pesca de recreação ou superfície, respeitadas as normas e restrições específicas dos setores de fiscalização pesqueira e da Administração do Parque.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Ordenamento Pesqueiro	Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	A pesca profissional só será admitida para os residentes no local. Os turistas somente poderão pescar com linha de mão, caniço e tarrafas, e desde que devidamente licenciados pelo órgão competente. As espécies: traíras, jundiás, lambaris, robalos, carapicús, carás, não poderão ser capturadas no período de 1º de setembro a 30 de novembro. As tarrafas terão malha mínima de 5cm de nó a nó, e não se admitirão redes feiticeiras e arrastões, inclusive picarés. As redes de espera terão malha mínima de 5 cm e comprimento máximo de 100m, sendo proibido o uso em sequência. Os espinheis terão um máximo de 100 anzóis e os covos deverão apresentar um espaçamento entre malhas de no mínimo 5 cm. Os períodos de proibição de pesca serão determinados em instrução da Administração do Parque. Não serão admitidas as repovações de qualquer espécie de pescado, sem prévio estudo.
		Lei nº 1.828, de 03 de dezembro de 1981.	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e institui o seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	É expressamente proibida a prática de qualquer ato de caça, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna do Parque, assim como quaisquer outras atividades que perturbem animais em seu meio natural. Essa proibição não abrange a pesca de subsistência ou recreação de superfície nos termos do art. 11, III, da Lei 1828/81.
		Lei nº 3.455, 16 de agosto de 1990.	Cria o " <i>Parque Municipal da Galheta</i> ".	Os usos e atividades permitidos na Área de Lazer são: pesca de subsistência para a população residente, e pesca de recreação de superfície, respeitadas as normas e restrições específicas dos setores de fiscalização pesqueira e da administração do Parque. É expressamente proibida a prática de qualquer ato de caça, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna do Parque. Esta proibição não abrange a pesca de subsistência ou de recreação de superfície, respeitadas as normas e restrições específicas dos setores de fiscalização pesqueira, bem como a montagem de barraca ou estrutura temporária para abrigo dos pescadores e de seus equipamentos durante o período da pesca da tainha, que tem seu curso, conforme Lei 4.613/95, entre 1º de maio e 15 de junho de cada ano. (Redação dada pela Lei nº 6733/2005)

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 9.419, de 12 de dezembro de 2013.	Proíbe a captura de isca viva para utilização de barcos atuneiros, nas Baías e enseadas do Município de Florianópolis.	Fica proibida a captura de isca viva para utilização de barcos que se dedicam a pesca do atum, nas baías, enseadas e entornos de ilhas da costa do município de Florianópolis, prática considerada por esta Lei como infração ambiental. Para os efeitos desta Lei, entende-se por isca viva a utilização para a pesca de espécies maiores, tais como o atum, de peixes pequenos e em fase de crescimento, como sardinha, dandão, boca-torta.
Florianópolis	Política	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	São diretrizes do Plano Diretor do Município de Florianópolis: o incentivo às atividades produtivas locais através do apoio ao empreendedorismo e a mecanismos de geração de emprego e renda, em especial nas áreas de inovação tecnológica, cultura, lazer, pesca, gastronomia, turismo, artesanato, agropecuária, agricultura urbana e aquicultura.
Florianópolis		Lei nº 1.224, de 02 de setembro de 1974.	Institui o Código de Postura Municipal de Florianópolis.	Trata de medidas de polícia administrativa a cargo do Município, em matéria de higiene e ordem pública; tratamento da propriedade, dos logradouros e dos bens públicos; horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais e matéria conexa, estatuidando as necessárias relações entre o poder público e os particulares.
Florianópolis		Lei Orgânica do Município de Florianópolis.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Florianópolis.	A Lei estabelecerá planos, normas e diretrizes que visem ao desenvolvimento da pesca, devendo, obrigatoriamente participar as entidades representativas dos pescadores, onde será assegurado prioridade aos pescadores artesanais.
Florianópolis				A Política Pesqueira do Município promoverá o desenvolvimento da pesca, do pescador artesanal e de suas comunidades, estimulando a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos ecossistemas e fomentos à pesquisa. Promover os meios defensivos necessários para evitar a pesca predatória.
Florianópolis				O Município incrementará o desenvolvimento econômico adotando entre outras, as seguintes providências: apoio e estímulo ao aproveitamento do potencial piscicultor, à pesca artesanal e à agricultura.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Regularização Fundiária	Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	A Área de Paisagem Cultural destina-se ao desenvolvimento social da população residente, à proteção da fauna, flora e seu substrato, ao lado da conservação da paisagem resultante das atividades tradicionais na área. Além das atividades estabelecidas no parágrafo anterior, será permissível o uso residencial unifamiliar quando a edificação for destinada àqueles que exerçam pessoalmente as referidas atividades na área, e aos pescadores artesanais ali residentes, assim como aos seus descendentes.
Florianópolis		Lei nº 1.828, de 03 de dezembro de 1981.	Cria o " <i>Parque Municipal da Lagoa do Peri</i> " e institui o seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	A Área de Paisagem Cultural constitui a porção do território do Parque onde se localizam os assentamentos e atividades humanas tradicionais. Destina-se ao desenvolvimento social da população residente, à proteção da fauna, flora e seu substrato, ao lado da conservação da paisagem resultante das atividades tradicionais na área. Somente serão permitidos, nesta área, os usos públicos de interesse social e as atividades agrícolas, zootécnicas e de transformação artesanal tradicionais, compatíveis com a preservação do ambiente natural. Além das atividades estabelecidas, será permissível o uso residencial unifamiliar quando a edificação for destinada aqueles que já venham exercendo pessoalmente as referidas atividades na área, pescadores artesanais ali residentes, bem como assim aos seus descendentes.
Florianópolis	Sanidade	Lei nº 1.224, de 02 de setembro de 1974.	Institui o Código de Postura Municipal de Florianópolis.	Os lavradores e pescadores estão isentos da obrigação da licença para venda ambulante, uma vez provado que comerciam com artigo de sua própria produção.
Governador Celso Ramos	Infraestrutura	Lei nº 720, de 28 de março de 2011.	Dispõe sobre o zoneamento do uso do solo do entorno do aeródromo - zuseado do Município de Governador Celso Ramos.	O Zoneamento do Uso do Solo entorno do Aeródromo Governador Celso Ramos - ZUSEA, compreende a Zona de Proteção de Ruídos - ZPR, a Zona de Proteção ao Aeródromo - ZPA e a Área de Segurança Aeroportuária - ASA, de forma sobreposta. O zoneamento citado, visa eliminar ou impedir que se instalem na área de Zoneamento do Uso de Solo do Aeródromo, edificações e atividades que se constituam em perigo aeroviário.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Governador Celso Ramos	Infraestrutura	Lei nº 821, de 26 de abril de 2013.	Autoriza o Poder Executivo a prestar serviços com os equipamentos agrícolas e de pesca	O Poder Executivo permite a utilização de equipamentos agrícolas e rodoviários e seus implementos aos pescadores.
	Política	Lei nº 327, de 29 de agosto de 1995.	Institui o Plano Diretor do Município de Governador Celso Ramos.	O Município deverá assegurar os espaços necessários ao desenvolvimento da pesca.
	Resíduos	Lei Complementar nº 653, de 19 de outubro de 2009.	Disciplina o Tratamento de lixo, esgoto e entulhos para a preservação do meio ambiente do Município de Governador Celso Ramos.	Fica proibido colocar casca de camarão, marisco, escamas e resíduos de peixes nas calçadas, encostas de morro, ruas, praias, rios, mar ou Áreas de Preservação Permanente - APP. Fica proibido despejar óleo diesel, lubrificante, tintas e demais produtos químicos utilizados na manutenção de embarcações no mar, rios, praias ou em área de APP.
Palhoça	Áreas de Preservação	Lei Orgânica do Município de Palhoça.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Palhoça.	O Poder Público Municipal demarcará as áreas de manguezais do Município dentro de 60 (sessenta) dias a contar da promulgação desta Lei Orgânica. São áreas de preservação ecológica e ambiental permanente: o Morro da Pedra Branca; o Morro do Cambirela; os manguezais; as dunas.
	Assistência Técnica	Lei Orgânica do Município de Palhoça.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Palhoça.	O Município coparticipará com a União e o Estado da manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural e pesqueira oficial, assegurando prioritariamente ao pequeno produtor rural e pescador Artesanal orientação sobre produção agro-silvo-pastoril agrícola, organização da produção, comercialização, racionalização de uso e preservação dos recursos naturais.
	Fiscalização	Lei Orgânica do Município de Palhoça.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Palhoça.	O Município fiscalizará a preservação de áreas de criadouros naturais da fauna marítima. Lei complementar disporá sobre a forma e as penalidades aplicáveis aos transgressores e depredadores dos criadouros naturais.
	Infraestrutura	Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.	Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do território do Município de Palhoça.	Os ocupantes com direito de preferência ao aforamento ou os foreiros dos terrenos de marinha, poderão na parte do imóvel definida como afastamento das edificações, reservadas as áreas exigíveis para circulação de pedestre, realizar trabalhos de ajardinamento, horticultura e arborização, bem como implantar equipamentos sumários de lazer e recreação, e ranchos rústicos para depósito e atracação de embarcações destinadas à pesca artesanal ou lazer, sem muros e cercas.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Palhoça	Infraestrutura	Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.	Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do território do Município de Palhoça.	Quando autorizada à construção de diques de defesa contra a invasão das águas do mar, atracadouros, marinas e terminais pesqueiros, deverá ser reservado local para a passagem de pedestres.
	Política	Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.	Dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do território do Município de Palhoça.	O Poder Público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre no interesse do conforto e segurança, da pesca, na navegação, lazer e turismo.
	Política	Lei Orgânica do Município de Palhoça.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Palhoça.	A política de desenvolvimento rural e pesqueiro será planejada, executada e avaliada na forma da lei, tendo por objetivo o desenvolvimento da pesca e do pescador Artesanal e de suas comunidades. A política de desenvolvimento rural e pesqueiro mediante a aplicação de plano de desenvolvimento rural elaborado com observância das peculiaridades naturais, econômicas e sociais locais.
	Sanidade	Lei nº 3.375, de 29 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.	Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeito da presente Lei, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados, rotulados com finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, os ovos, o mel e a cera de abelhas e seus derivados, o leite e seus derivados, o pescado e seus derivados, moluscos e crustáceos, bem como os produtos utilizados para a sua industrialização. Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal - Produtos de Origem Animal (SIM/POA), vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca, ao qual compete: regulamentar e normatizar; a implantação, a construção, a reforma e o aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e in natura; o transporte de produtos de origem animal in natura, industrializados ou beneficiados; a embalagem e a rotulagem de produtos de origem animal e in natura; executar a inspeção sanitária de produtos de origem animal e in natura; promover o registro dos estabelecimentos referidos na alínea "a" do inciso I deste artigo e da embalagem e rotulagem dos produtos de origem animal e in natura; fiscalizar o cumprimento das normas e regulamentos decorrentes desta Lei.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Palhoça	Sanidade	Lei nº 3.375, de 29 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.	Ficam sujeitos ao registro no SIM/POA todos os estabelecimentos que abatem animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem, industrializem a carne, o pescado, o leite, o mel, o ovo, a cera de abelhas e todos os respectivos subprodutos derivados, conforme classificação constante desta Lei na sessão III, e que não possuem registro nos Serviços de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIE).
				Os estabelecimentos de pescados e derivados, moluscos e crustáceos, compreendem: entrepostos de pescados e derivados que são os estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado; os estabelecimentos industriais que são os estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.
				Para efeito de identificação da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal na rotulagem, fica determinada a seguinte nomenclatura: P: para todos os estabelecimentos de pescados e derivados, moluscos e crustáceos.
São José	Áreas de Preservação	Lei Orgânica do Município de São José.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de São José.	Os manguezais, as praias, os costões, as zonas da mata estão sob proteção do Poder Público Municipal, e sua eventual utilização ser afará na forma da lei, dentro de condições que assegurem sua preservação. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam seus agentes a sanções administrativas, financeiras e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
São José	Fiscalização	Lei nº 3.048, de 28 de agosto de 1997.	Fica criada na estrutura administrativa do Poder Executivo a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - FMA/PEDRA BRANCA, entidade pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com sede e foro no Município de São José.	A FMA/PEDRA BRANCA deverá colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e na disciplinação e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
São José	Política	Lei Orgânica do Município de São José.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de São José.	<p>O Município, visando o incremento do desenvolvimento econômico, tomará, dentre outras, as seguintes providências: tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, aos pescadores artesanais e aos produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar, assim definidos em lei, visando incentivá-los mediante: favorecimento no acesso ao crédito, com a criação de programas específicos de financiamento.</p> <p>A política pesqueira no Município tem como fundamento e objetivos o desenvolvimento da pesca, do pescador e de suas comunidades.</p>
Tijucas	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	<p>As Áreas de Preservação Permanente, ou APP, conforme a Lei Federal nº 12.651/2012, detalhada pelas Resoluções pertinentes do CONAMA e do CONSEMA-SC são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas:</p> <p>II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:</p> <p>a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;</p> <p>b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.</p> <p>As Áreas de Preservação Permanente, ou APP, conforme a Lei Federal nº 12.651/2012, detalhada pelas Resoluções pertinentes do CONAMA e do CONSEMA-SC são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas:</p> <p>III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;</p> <p>IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;</p> <p>VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;</p> <p>VII - os manguezais, em toda a sua extensão;</p>

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Tijucas	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	As Áreas de Preservação Permanente, ou APP, conforme a Lei Federal nº 12.651/2012, detalhada pelas Resoluções pertinentes do CONAMA e do CONSEMA-SC são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas: I- faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.
	Gestão	Lei nº 1.883, de 11 de novembro de 2004.	Autoriza a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMDEA).	Cria conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - COMDEA, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.
	Navegação	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	Constituem características atuais da Zona Náutica, Turística e de Serviços Pernambuco Central 6 - ZNTS-6 baixa densidade de ocupação. Constituem objetivos específicos da ZNTS-6: criar zona especial para desenvolvimento de atividades voltadas ao transporte náutico, indústria náutica, serviços e pesca; incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertencem a Macrozona Urbana. Constituem características atuais da Zona Náutica, Turística e de Serviços Sul do Rio II - 7 - ZNTS 7 ocupação típica, características de comunidade tradicional; banhada em grande parte pelo Rio Tijucas e pelo Oceano Atlântico; alto potencial natural para desenvolvimento de atividades náuticas. Constituem objetivos específicos da ZNTS 7 criar zona especial para desenvolvimento de atividades voltadas ao transporte náutico, indústria náutica, serviços e pesca; incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertencem a Macrozona Urbana.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Tijucas	Navegação	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	Constituem características atuais da Zona Náutica, Turística e de Serviços Centro 4 - ZNTS-4 ocupação típica, características de comunidade tradicional; banhada em grande parte pelo Rio Tijucas; possui alto potencial natural para desenvolvimento de atividades náuticas.
				Constituem objetivos específicos da ZNTS-4 III - incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertecem a Macrozona Urbana.
				Constituem características atuais da Zona Náutica, Turística e de Serviços Praça 5 - ZNTS-5 ocupação típica, características de comunidade tradicional; banhada em grande parte pelo Rio Tijucas; possui alto potencial natural para desenvolvimento de atividades náuticas.
				Constituem objetivos específicos da ZNTS-5: incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertecem a Macrozona Urbana.
				Constituem características da Zona Náutica, Turística e de Serviços Joáia 2 - ZNTS-2 ocupação típica, características de comunidade tradicional; ser banhada em grande parte pelo Rio Tijucas; alto potencial natural para desenvolvimento de atividades náuticas e de serviços. Constituem objetivos específicos da ZNTS-2 incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertecem a Macrozona Urbana.
				Constituem características da Zona Náutica, Turística e de Serviços Santa Luzia 3 - ZNTS-3 ocupação típica, características de comunidade tradicional; banhada em grande parte pelo Rio Santa Luzia e pelo Oceano Atlântico e alto potencial natural para desenvolvimento de atividades náuticas. Constituem objetivos específicos da ZNTS-3: criar zonas especiais para desenvolvimento de atividades voltadas ao transporte marítimo, indústria náutica, serviços e pesca. incentivar o uso misto, destinados a residências, comércios, equipamentos náuticos e incentivo a pesca artesanal. As Zonas Náuticas fazem pertecem a Macrozona Urbana.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Tijucas	Navegação	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	Constituem objetivos específicos da Zona Náutica, Turística e de Serviços Sul do Rio I - ZNTS-1, criar zonas especiais para desenvolvimento de atividades voltadas ao transporte marítimo, ao turismo, indústria náutica, serviços e pesca. As Zonas Náuticas fazem pertencem a Macrozona Urbana. A Zona Náutica, Turística e de Serviços Sul do Rio I - ZNTS-1 tem as seguintes características: banhada em grande parte pelo Rio Tijucas e pelo Oceano Atlântico; ocupação nas margens do sistema hídrico, em áreas de interesse ambiental legal.
		Lei Complementar nº 22, de 16 de dezembro de 2013.	Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 05 de 26 de dezembro de 2010.	A Zona Náutica, Turística e de Serviços Sul do Rio I - ZNTS-1 inicia-se no ponto P-1 na cabeceira da ponte sobre o Rio Tijucas BR 101 até encontrar o ponto P-2, na direção norte e sul numa extensão de 400 metros, partindo em linha reta no sentido leste até encontrar o ponto P-3 (Oceano Atlântico), na outra extrema margeando o Rio Tijucas, fazendo a ligação entre o P-3 e P-1.
				A Zona Náutica, Turística e de Serviços Joáia 2 - ZNTS-2 parte do ponto P-4 que está na cabeceira oeste da ponte Bulcão Viana até encontrar o ponto P-5 em linha reta, numa distância de 400 metros, daí deflete á esquerda no sentido sul até encontrar o ponto P-6 Rio Oliveira, retornando até o ponto P-4 pela margem do Rio Oliveira e do Rio Tijucas.
				A Zona Náutica, Turística e de Serviços Centro 4 - ZNTS-4 parte da cabeceira norte - marginal oeste, da Ponte sobre o Rio Tijucas - BR 101, ponto P-11, numa extensão sentido norte/sul de 50 metros até encontra o ponto P-12 (limite com o Rio Tijucas), seguindo ao oeste acompanhando o curso do Rio Tijucas até encontrar o ponto P-13, daí segue sentido sul até encontrar a margem do Rio Tijucas, ponto P-14.

(continua)

Tabela 03 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Tijucas	Navegação	Lei Complementar nº 22, de 16 de dezembro de 2013.	Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 05 de 26 de dezembro de 2010.	A Zona Náutica, Turística e de Serviços Santa Luzia 3 - ZNTS-3 parte do P-7 acompanhando o Oceano Atlântico em direção ao Norte até encontrar o Rio Santa Luzia P-8, numa linha paralela, acompanhando o curso do mesmo Rio até encontrar a Ponte sobre o Rio Santa Luzia, numa extensão de 200 metros de largura - P-9, daí seguindo deste ponto, no sentido Sul até encontrar o P-10 (confrontando neste ponto com ZNTS 5 - Praça), sempre numa extensão de 200 metros a partir do Oceano Atlântico e o Rio Santa Luzia.
Tijucas	Navegação	Lei Complementar nº 22, de 16 de dezembro de 2013.	Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 05 de 26 de dezembro de 2010.	A Zona Náutica, Turística e de Serviços Praça 5 - ZNTS-5 parte da cabeceira norte - marginal Leste, da Ponte sobre o Rio Tijucas - BR 101, ponto P-15, numa extensão sentido norte sul de 50 metros até encontra o ponto P-16, seguindo ao leste acompanhando o curso do Rio Tijucas até encontrar Oceano Atlântico, o ponto P-7 (ZNTS 3).
				A Zona Náutica, Turística e de Serviços Praça 6 - ZNTS-6 parte do ponto P-17, cabeceira sul da ponte Bulcão Viana até encontrar o ponto P-18, numa extensão de 400 metros, após segue em linha reta até encontrar o ponto P-19 localizado na BR 101, numa distância de 400 metros do Rio Tijucas, limitando na outra extrema com o Rio Tijucas até encontrar a ponte BR 101.
				A Zona Náutica, Turística e de Serviços Praça 7 - ZNTS-7 parte do ponto P-20, segue numa linha reta em direção ao sul até encontrar o ponto P-21 (limite Zoneamento Urbano), que mantém a distância de 400 metros do Oceano Atlântico em toda sua extensão.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Tijucas.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Tijucas.	Fica proibida a caça e a pesca predatória, bem como a captura e o cativeiro de animais silvestres. (incluído pela Emenda de Revisão nº 001/2011)
	Política	Lei nº 1.883, de 11 de novembro de 2004.	Autoriza a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (COMDEA).	São objetivos do COMDEA: Incentivar a preservação das espécies de animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal cuja manutenção ou soltura, seja impraticável.

(continua)

Tabela 03 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Tijucas	Política	Lei Orgânica do Município de Tijucas.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Tijucas.	Para incrementar o desenvolvimento econômico, o Município tomará, entre outras, as seguintes providências: manutenção do serviço de extensão e e fiscalização da pesca; tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, aos pescadores artesanais e aos produtores rurais que trabalhem em regime de economia familiar, visando a incentivá-los mediante: i) simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e financeiras; ii) redução escalonada ou eliminação de tributos, através de lei ou convênio.
	Regularização Fundiária	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	A Macrozona Urbana abrange o Centro, além dos bairros Praça, Sul do Rio (parte), Joaia, Universitário, XV de Novembro, Areias e Santa Luzia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 22/2013). Constituem características atuais da Macrozona Urbana a presença de comunidade pesqueira (atividade econômica da pesca artesanal). Constituem objetivos específicos da Zona de Ocupação Imediata 3 - ZOI 3 - Praça, preservar a ambiência da comunidade tradicional de pescadores. As Zonas de Ocupação Imediata fazem pertecem a Macrozona Urbana. Os parâmetros urbanísticos da ZOI encontram-se na Tabela do Anexo 01 e das Zonas descritas nos incisos VI, VII, VIII, IX e X estão no Anexo 01-A, criado nesta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 22/2013)
	Sanidade	Lei nº 2131, de 25 de junho de 2008.	Dispõe de normas sanitárias para a elaboração, beneficiamento, comercialização e penalidade de produtos comestíveis de origem animal.	São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração as seguintes matérias primas, seus derivados e sub-produtos: peixes, crustáceos e moluscos; microorganismos.